

Fronteiras de Identidade Regional no Sertão do Brasil Central

Prof^a Dr^a Maria do espírito Santo Rosa Cavalcante

Fronteiras de Identidade Regional no Sertão do Brasil Central

Este tema propõe abordar a reestruturação do poder político em Goiás na década de 80, a partir dos viés da identidade regional, tomando como referência as experiências partilhadas por aqueles que habitavam o sertão de Goiás/Tocantins. Constatamos que a noção de identidade regional na fala das lideranças políticas dessa região sustenta-se nos antecedentes históricos do povoamento e ocupação econômica do sertão de Goiás, a partir do séc. XVIII. O sentimento de se pertencer ao norte de Goiás, é assumido pela representação política regional em suas várias tendências, a identidade nortense, é apropriada como o fator legitimador das diferenças inter-regionais, que se acentua a partir da década de 70 com a expansão do capital no outrora sertão de Goiás. A secular oposição norte/ centro-sul de Goiás possibilitou historicamente a formação dos limites de fronteiras de identidades entre essas regiões.

Profª Drª Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante

Fronteiras de Identidade Regional no Sertão do Brasil Central

A contribuição deste tema é propor reflexões sobre a possibilidade de uma reeleitura do movimento autonomista do norte goiano, à época da Independência em Goiás, sem recorrer a “reposições de representações políticas como” “luta entre colônia x metrópole”, “dominação das cortes”, “dominação metropolitana”. Como, também, no avanço das discussões em termos de processo histórico de Goiás e suas especificidades ao longo do séc. XX.

O sentido de sertão para os protagonistas da proposta de autonomia política do norte de Goiás, no séc. XIX, revela-se na Proclamação de 1821, que apontava a ruptura política com o Centro-Sul de Goiás, dada a situação de abandono político/administrativo, mediante os impostos pagos que nunca eram revertidos em benefício dos nortenses. Nesse sentido a expressão sertão é aqui tomada para referenciar o contraste inter-regional, revelação de uma situação de vazio de poder e isolamento. (TRINDADE, 1999, p.45) A autonomia política é levantada, naquele momento, como condição para romper o isolamento da população nortense em relação ao poder público. Convém ressaltar em Azevedo que esta questão do isolamento "não foi apenas do Brasil em relação a outras nações durante todo o período colonial, mas no interior da unidade nacional, entre diferentes grupos e instituições."¹ (Azevedo, apud: LIMA, 1999, p.50)

É válido lembrar que Goiás na virada do séc. XIX contava com aproximadamente 255.284 habitantes, parte destes significativamente concentrados no centro-sul.

Com relação à capacidade produtiva evidencia-se o melhoramento da infraestrutura de transporte, com os primeiros trilhos chegando àquela região e integrando-a, primeiro, ao corredor de exportação Minas e São Paulo.

Embora a agricultura apresentasse um crescimento em termos de participação na receita estadual percebe-se que a pecuária continuará como o setor base da economia do Estado.

As relações do poder oligárquico que se estrutura no Brasil na primeira metade do séc. XX, também se estende à realidade político administrativa de Goiás. Entretanto, a extensão do termo coronelismo, à representação de poder em Goiás não o insere na tipologia do fenômeno coronelismo, construída por Edgar Carone e Pang. No dizer deste teóricos existe “um tipo básico de coronelismo característico dos Estados mais evoluídos econômica e politicamente, caso do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas; onde o poder do coronel passava necessariamente pela mediação do Partido Republicano, o coronelismo dos Estados pobres - Ceará, Alagoas e Mato Grosso, onde, por não existirem partidos solidamente estruturados prevaleceu um coronelismo baseado na prepotência familiar e individual.”(PALACIM, 1990)

Em seu estudo sobre esta questão o historiador Palacim considerou o raciocínio acima inadequado a Goiás pois, a constituição dos partidos políticos já era realidade aqui no Estado nos anos 70 do séc. XIX.

O coronelismo em Goiás evidenciaria desde o início da República, a vinculação entre as elites políticas regionais e os partidos políticos. Além destes, destacava-se também a imprensa local, enquanto instrumento de exercício e disputa de poder entre os coronéis goianos.

É pertinente retornar esta observação sobre a especificidade do coronelismo em Goiás, para evitar a condição de apêndice de construções teóricas elaboradas a partir de realidades também específicas. Não resta dúvida que estas construções são inferências para os estudos de caso mas, o que torna fértil a temática é a identificação daquilo que é peculiar às “realidades” históricas.

Durante este domínio oligárquico o sertão de Goiás não teve nenhuma representação quer na esfera de poder estadual ou federal. Somente nos últimos anos

da "República Velha", é que algumas lideranças do norte de Goiás irão compor a representação federal, Câmara e Senado. Tinham em comum sua origem nas cidades que, graças ao Rio Tocantins desenvolveram a atividade Comercial, com a exportação de gado e sub produtos, para os estados limítrofes, o que lhes facultava primazia na região. O destaque fica para Porto Nacional, Pedro Afonso, Boa Vista, Arraias e Natividade.

O norte goiano, região identificada como, sertão, se define historicamente a partir da oposição ao centro-sul de Goiás, que se construiu inicialmente pela oposição econômica: exploração fiscal, carência de infra-estrutura viária para o escoamento da produção e dificuldades de comunicação; em relação à produção agropastoril predominante no sudeste goiano.

O discurso do abandono econômico daquela região pode ser pontuado na documentação escrita (Atas, Proclamações, falas políticas registradas em discursos) e em jornais do séc. XIX e XX.

Considerando o caráter histórico da reivindicação autonomista norte/ centro-sul de Goiás e a sua consolidação somente no final da década de 80, pode-se perceber na leitura desse discurso de autonomia regional a síntese, no sentido Tönniesiano “síntese como produto contraditório das contradições” (MIRANDA,1992,p.6) desse longo processo de construção da identidade do norte goiano como unidade política, econômica, cultural, geográfica e histórica. A oposição econômica lentamente foi gestando as significações da identidade regional. Nesse sentido, associa-se à denúncia, de um passado de abandono administrativo e segurança pública, as peculiaridades daquela região quanto ao povoamento, o linguajar, as comidas típicas, enfim, o jeito de ser do habitante do norte goiano que em nada ou quase nada se identificava com o centro-sul regional e, até mesmo do ponto de vista da geomorfologia o Paralelo 13º, onde começava a região, era designado de região da Amazônia Legal, caracterização que confirmava uma peculiaridade, também, ditada pela geografia física.

Na década de 80 enquanto o centro-sul goiano evidenciava uma sólida integração econômica com o mercado do sudeste do Brasil acentuava-se o

descompasso interno norte/sul. A expressividade dessa diferença é tomada na construção do discurso de autonomia regional como o marco que identifica o Estado do Tocantins e o Estado de Goiás.

A construção de identidade regional é reelaborada num momento oportuno politicamente levando em consideração a articulação dos elementos que qualificariam o norte goiano, tanto do tempo presente quanto daqueles evocados na memória. O discurso de identidade em questão pode ser lido a partir da seguinte construção teórica: “A noção de identidade é construída como um fenômeno que se produz em referência aos critérios da aceitabilidade, de credibilidade, até de admissibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Memória e identidade podem perfeitamente ser negociados, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.” (POLLAK, 1992,p.204)

Nesse sentido, a memória é apropriada para os construtores do discurso de identidade regional naquilo que poderia fortalecer a negociação dos interesses em jogo ou seja, na manifestação enfática das peculiaridades do norte goiano que evidenciassem as diferenças entre estas regiões como algo geográfico e historicamente dado.

É indiscutível que as peculiaridades do sertão de Goiás só puderam ser evidenciadas em relação às desvantagens com o centro-sul, entretanto, fica a seguinte questão: por que o discurso de abandono político e desvantagem econômica só pôde ser viabilizado politicamente no final da década de 80?

Michael Pollak(1992,p.204) aponta uma possibilidade quando reconhece que a identidade é um fenômeno produzido a partir da negociação dos critérios que a validam. Nessa via pode-se perguntar ainda quais “valores” foram resgatados na memória do norte goiano, considerando-se a contemporaneidade da causa em questão?

É na prática do consenso político em torno da representação política do Norte de Goiás, que se legitimou o discurso de identidade regional pois, o perigo não eram as rivalidades partidárias entre os representantes daquela região, mas a possibilidade

de perderem o espaço da Assembléia Nacional Constituinte e continuarem no mapa do Brasil como “norte goiano” ou o “sertão de Goiás”.

Pode-se perceber também, nesta prática, a manifestação do ‘espírito de comunidade’ (MIRANDA,1995 p.105)_ a noção de Identidade é aqui tomada no sentido de “espírito cooperativo”_ considerando que os elementos de fundamentação deste discurso não poderiam ter sido forjados nos anos 80.

A concepção da diferença regional, da discriminação e do abandono econômico/político já havia sido assimilada por habitantes daquela região e, portanto, não resultava de uma acusação meramente forjada pela mídia, jornal local, pois, quem vivia ou vivera naquele espaço não tinha nenhuma dificuldade em perceber o que no discurso os identificava como ‘o norte goiano’.

A evidência desse sentimento aparece muito claramente na seguinte fala: “Não temos nenhuma identificação com vocês, goianos. ...aqui no Tocantins não temos nenhuma identificação com vocês aí de Goiás. Não temos nada em comum com as coisas aí do sul. Sua capital - Goiânia - para nós não diz nada. Ela nos sufoca em todos os sentidos. A mentira está na cara de todos aqueles a quem recorremos na esperança de obtermos alguma coisa para nós. Vocês só aparecem por aqui por ocasião das campanhas eleitorais, pedir votos e corromper nossos bravos tocantinenses. É por isso, que vocês querem continuar tendo-nos como seus currais eleitorais. Apenas isso.

E é devido a isso, que todos nós, tocantinenses sinceros, repudiamos as suas lembranças, e queremos dirigir nossos próprios destinos. O que vocês vêm fazer aqui? Trazer promessa, as mais vãs, as mais impatrióticas possíveis.” (Edmar Mello,1986,p.6)

A denúncia de discriminação e a sua negação alimentou o sentimento de se pertencer ao norte goiano e não ao Estado de Goiás. E se o discurso autonomista ganha forma em 1988 é porque, também, estava clara a perspectiva de viabilidade econômica da região.

E 1988 foi significativo para o norte goiano e, não só com referência ao momento local como, também, contemporâneo. Pois a questão dos movimentos

separatistas insere-se num momento peculiar da globalização da economia capitalista, e, mais precisamente a partir dos anos 80.

Nesse sentido a contribuição do pensamento Tönniesiano, o antecipou há muitas construções teóricas recentes que, também, apostam na via da segmentação da sociedade; movimento de negros, ecológico, o tribalismo, regionalismo, como o paradoxo dessa tendência inevitável de globalização.

Sobre esta questão há uma passagem do seu texto que aqui permite pontuá-la, diz o seguinte: “Esse espírito cooperativo é talvez a contribuição mais promissora de conteúdo comunitário contra o desenvolvimento da sociedade que imprimiu sua marca patente, mas não onipotente na nova economia popular e na economia mundial.” E prossegue: “as esperanças estão depositadas com outros desdobramentos de uma contracultura comunitária: Os movimentos alternativos, de mulheres, ecológicos.” (MIRANDA,p. 105)

Não é difícil perceber que é a partir da década de 80 que esta ‘contracorrente’ faz-se presente em praticamente quase todos os continentes, assim é que “Na Europa, em diminutos grupos locais, embora nunca tenham sofrido discriminação exigem “autonomia cultural” - por exemplo, os 150.000 Sorbs de Berlim, que são os últimos sobreviventes das tribos eslavas que habitaram o norte da Alemanha há mais de mil anos. O tribalismo tornou-se um fenômeno mundial: o Canadá sobreviverá a este século, ou será separado em duas partes, uma fala inglesa e outra fala francesa? Ou serão quatro partes: Quebec fala francesa, Ontário e Manitoba de fala inglesa: as Províncias da pradaria e Colônia Britânica? (E para onde irão as Províncias Marítimas? E a terra Nova?). Será que a Índia permanecerá politicamente unida? A Córsega e a Bretanha permanecerão francesas? Os Lapões do Norte da Finlândia e da Suécia irão ganhar sua autonomia? O México ficará unido ou os índios do Sul irão se separar do Norte hispânico?” (DRUCKER, 199,ps.112,113)

O discurso de identidade do norte goiano e a criação do Estado do Tocantins foram elaborações viabilizadas também, pelo próprio “curso” histórico do tempo presente, destaca-se a seguinte interpretação: “a razão principal do tribalismo não é

política, nem econômica. Ela é existencial. As pessoas precisam de raízes em um mundo transnacional, elas precisam de uma comunidade.” (Idem, p. 113).

E por que não perceber a presença desse “espírito comunitário” no discurso de identidade regional do norte goiano, quando as dificuldades eram ali partilhadas por aqueles que habitavam além do Paralelo 13°?

É na aceitação dessas dificuldades, como expressão depreciativa da região, que assinala-se a sustentação da prática política do consenso em defesa dos interesses do Estado do Tocantins, cuja inevitabilidade já aparecia antecipada na fala do poeta:

“...irmão do Norte, a separação, talvez, seja menos triste,
sem mágoas nem dissabores,
como velhos amigos que se despedem
ao termo de longa caminhada.”

(Bernardo Élis, 1986, p. 6)

BIBLIOGRAFIA

DRUCKER, P. F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1973

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999

MIRANDA, O. P. **A dialética da identidade em Ferdinand Tonnies**. São Paulo: IEA/USP, 1992

PALACIM, L.G. **Coronelismo no extremo Norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Loyola, 1990

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, n. 10, 1992

Revista Presença. Goiânia, 09-10 set. 1986